



PLATAFORMA ELEITORAL DA UNE E DA UBES PARA AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2020

**POR CIDADES MAIS DEMOCRÁTICAS QUE
PRIORIZEM A VIDA E A EDUCAÇÃO**

Dentro de algumas semanas ocorrerão as eleições municipais no Brasil e, em meio a uma pandemia de proporções inéditas que atinge o país e o mundo, os brasileiros terão a oportunidade de se manifestar nas urnas à respeito do futuro de nossas cidades elegendo prefeitos e vereadores. Nós da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – através de deliberação da diretoria plena das entidades – acreditamos que, por meio de um debate qualificado e democrático, estas eleições também podem ser uma oportunidade de elevar o nível de consciência e mobilização da sociedade. Por isso, apresentamos este documento visando denunciar as mazelas pelas quais passam a juventude e o povo brasileiro nesse momento tão difícil, bem como apontar perspectivas do que pode ser construído por gestores e gestoras, em consonância com a voz das majorias e das mobilizações sociais, tendo em vista cidades mais democráticas, que coloquem no centro de suas prioridades a defesa da vida, da educação e dos direitos sociais e das liberdades democráticas.

É no cotidiano dos 5.570 municípios brasileiros que a juventude e os estudantes enfrentam as consequências de ser um dos setores que mais sofre os efeitos da crise sanitária, econômica e social. Enquanto jovens, encaramos uma taxa de desemprego entre o dobro e o triplo da média geral e enfrentamos a violência como uma das principais causas de mortes, que atinge majoritariamente homens e mulheres negras, sinalizando o genocídio da juventude negra vivenciado no nosso país! Enquanto estudantes, muitos de nós têm evadido de suas faculdades e universidades pois não conseguem acompanhar as aulas sem assistência estudantil, o que se acentuou com as aulas remotas, ou não conseguem pagar as altas mensalidades durante a crise. A administração pública municipal não pode se ausentar do dever de fornecer assistência estudantil e precisa de uma vez por todas entender que investir em assistência aos estudantes através de políticas como transporte universitário, passe livre municipal, restaurante popular, moradia estudantil e etc, é investir na formação do jovem, para que contribua com o desenvolvimento da cidade. Por isso o novo normal pede que os poderes públicos municipais pensem no crescimento da cidade de forma responsável com o fomento de políticas públicas que assistam os estudantes na sua formação, e que tenham a capacidade de gerar empregos e desenvolvimento sem exploração, através da Economia Solidária e Criativa.

Em um “Raio-X” do que acontece nos últimos meses no Brasil, infelizmente mais de cento e vinte mil brasileiros já tiveram suas vidas ceifadas pela Covid-19: o vírus chegou aqui com a vigência de um teto de gastos que impõe limites aos investimentos em saúde, ciência, tecnologia, educação e infraestrutura, o que incide diretamente na capacidade de investimento nos municípios. Além disso, por todo o país a democracia é ameaçada por agentes que usam das estruturas de poder do Estado para perseguir opositores e implementar uma agenda autoritária, tendo na Presidência da República, com Bolsonaro, a expressão máxima disso, sintetizada nas intervenções com indicação de reitores para a gestão de Universidades e Institutos federais, indo contra qualquer princípio de gestão democrática. E isso vem sendo replicado por vários governantes de estados e municípios que, a exemplo do Governo federal, intervêm na gestão de suas escolas públicas, através da indicação de diretores como forma de manter o poder coercitivo local. O Brasil precisa de uma vez por todas abolir essas práticas coronelistas, para que consiga de fato ser um país soberano. As taxas de desemprego têm crescido e, junto com elas, crescem as taxas de trabalho informal e daqueles que já desistiram de procurar. E a principal consequência observado nos municípios é um número cada vez maior de moradores de rua. As Instituições de Ensino Superior Públicas sofrem com a política de invisibilização e corte de verbas, com vistas a acelerar o processo de sucateamento, fechamento e privatização de nossas instituições. Estas ações atacam diretamente a expansão e interiorização da universidade pública brasileira, que levou a diversos municípios do país Instituições de Ensino Superior públicas com enorme capacidade de auxiliar no desenvolvimento econômico e político de diversos municípios dos interiores do país e não podemos deixar que esse importante legado da educação brasileira se acabe.

A história do movimento estudantil brasileiro tem como parte fundamental o compromisso na luta por mudanças estruturais na educação e na sociedade brasileira. Nesse momento de avanço do conservadorismo, do obscurantismo e de retirada de direitos do povo, é necessário conter possibilidade de enraizamento do Bolsonarismo e dos demais projetos neoliberais nas cidades e municípios, combatendo projetos antidemocráticos, antinacionais e antipopulares.

Considerando este difícil cenário nos dirigimos à sociedade brasileira e aos candidatos à Prefeitura e à Câmara de Vereadores de todas as cidades para apresentar temas e propostas que consideramos fundamentais para a construção de um futuro melhor! Assim, trazemos ao centro a priorização das pautas da educação, das liberdades democráticas, da geração de empregos, da vida dos brasileiros e do direito de vivermos plenamente nossa juventude e defendemos, no âmbito do debate municipal:

POR MAIS QUALIDADE NA EDUCAÇÃO!

- 1_ Distribuição dos recursos da merenda escolar as mães, pais ou responsáveis de alunos da educação básica durante a suspensão das aulas presenciais;
- 2_ Construção de GTs municipais em conjunto com estudantes, gestores municipais, professores, gestores de instituições e profissionais da saúde para ampliar o debate à respeito das condições da educação durante o estado de calamidade e construir uma agenda de mobilização que sirva aos interesses de trabalhadores da educação, estudantes e famílias;
- 3_ Instituir e regulamentar um conselho de acompanhamento e busca ativa, com a participação de jovens e adolescentes, de casos de abandono e evasão escolar;
- 4_ Criação e ampliação dos Conselhos Municipais de Educação, com representantes eleitos em cada comunidade escolar e com caráter deliberativo;
- 5_ ESCOLAS E UNIVERSIDADES SEM COVID: Garantia de que o retorno às atividades presenciais nas instituições de ensino seja seguro, não ocorrendo de forma precipitada conforme a tendência observada em outros setores de atividades, com investimento em adaptação das estruturas e planejamento de médio e longo prazo para retorno, a partir das recomendações sanitárias da Organização Mundial da Saúde;
- 6_ Criação de Programas para erradicar o Analfabetismo;
- 7_ Criação de Projetos para Cursos Populares nas regiões e bairros periféricos afastados do Centro da cidade;
- 8_ Combate inteligente ao vírus, com o rastreio e busca ativa dos casos;
- 9_ Implementação do ensino de noções básicas da Lei Maria da Penha nas escolas municipais e de proteção ao corpo da criança como forma de prevenção e identificação de práticas abusiva;
- 10_ Construção de políticas de educação sexual, objetivando o combate ao assédio e abuso;
- 11_ Retomar a luta pela inserção do debate sobre Gênero nas escolas;
- 12_ Incidir na aplicação real da lei 1.639 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em todas as escolas;
- 13_ Criação de um canal de denúncias para as escolas que não tiverem respeitando as

normativas da OMS durante o retorno das aulas presenciais (UBES já criou);

14_ Redução de mensalidades em instituições de ensino privadas;

15_ Contra as demissões em massa e precarização dos docentes das privadas;

16_ Internet para Geral: Disponibilização de chips ou pacotes de rede com acesso a conteúdos educativos e aulas online para professores e estudantes;

17_ Valorização do salário docente, com aplicação do piso salarial docente;

18_ Eleição para diretores nas escolas;

19_ Disponibilização de tablets, aparelho celulares ou notebooks para estudantes de baixa renda para viabilizar acesso a conteúdos educativos em casa;

20_ Mais investimentos do orçamento municipal em educação, respeitando os valores mínimos constitucionais, com valorização da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, de responsabilidade do município, visando a universalização do acesso à rede de creches, valorização dos profissionais de educação, infraestrutura adequada nas escolas e ampliação das escolas de tempo integral;

21_ Valorização de todos/as os/as profissionais da educação, com a defesa coletiva das jornadas de trabalho que sejam condizentes com o trabalho exercido pelo profissionais dentro e fora de salas de aula; exigência de plano de carreira e de reajustes salariais acima da inflação e garantia de infraestrutura adequada ao exercício da profissão;

22_ Criação de Programas Municipais de Bolsa Auxílio aos estudantes, em especial aos bolsistas do PROUNI;

23_ Valorização dos programas de Educação de Jovens e Adultos com combate à evasão destes programas, além do incentivo à adesão da população através de campanha em consonância com a ampliação da modalidade de ensino nas periferias dos municípios e zonas rurais;

24_ Investimento na estrutura das escolas municipais, em especial as escolas nas regiões periféricas e agrárias. Que as escolas sirvam de espaço de interação, acolhimento, cultura, esporte e lazer da comunidade nos horários livres;

25_ Compromisso com educação do campo e atenção às necessidades e dificuldades desse setor para garantia de acesso à conteúdos educativos durante a pandemia;

26_ Garantir o direito das crianças, jovens e adultos do campo, estudarem no local em que vivem. Para isso regulamentar no município uma política de não fechamento de Escolas do Campo com base na Lei nº 12.960 de 2014 e assegurar a existência de um

órgão fiscalizador contra o fechamento de escolas;

27_ Garantir a aquisição da alimentação escolar, conforme a Lei Federal 11.947, de 2009, que define que no mínimo, 30% dos recursos repassados pelo Governo Federal para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), sejam destinados à produção da Agricultura Familiar, tendo como prioridade a produção agroecológica. Os municípios que já cumprem os 30% avançar para aquisição de 70% da aquisição da Agricultura Familiar;

28_ Instituir um programa de financiamento para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e ações que atendam a especificidade da Educação do Campo, considerando o fomento à Agroecologia, à Cooperação e à Empreendimentos de Economia Solidária, bem como, ao combate à exploração infantil, à violência sexual e à violência de gênero;

29_ Criação ou fortalecimento de centros de apoio a educação, onde por meio de convênio entre escolas e universidades, os discentes dos cursos de licenciatura pudessem ofertar reforço escolar aos alunos com dificuldades pedagógicas;

30_ Implantação de projetos pedagógicos em Direitos Humanos nas escolas;

31_ Criação e expansão de políticas de caráter cultural para dentro das escolas e universidades, entendendo o papel da mesma como um instrumento capaz de reduzir a evasão e ajudar na dinamização da sala de aula.

Eu, _____, que tenho candidatura pelo partido _____ ao cargo de _____ no município _____, no estado _____, se assumir o mandato, estarei comprometido com a promoção da democracia, do direito à saúde e do acesso à educação. Me comprometo com um mandato que valorize a educação de qualidade e ouça as necessidades estudantis, assim como me comprometo com os eixos de reivindicações da plataforma eleitoral para a Educação da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e da União Nacional dos Estudantes (UNE), imprescindíveis para o município no contexto atual

_____, / /2020